

## **QUAIS OS BLOQUEIOS E POSSIBILIDADES PARA A EMERGÊNCIA DE UM SISTEMA REGIONAL/LOCAL DE INOVAÇÃO - SLI EM ESPAÇO PERIFÉRICO**

Ericê Bezerra Correia

– Pós Doctor in Innovation Regional Development - UA/PT

Faculdade Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho - FACHUCA. Mestrado de Gestão e Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Pernambuco - GDLS/PE

Adriana Maria Cavalcanti Montenegro

– Mestra em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável/UPE - Universidade Mauricio de Nassau - UNINASSAU.

Jamila Marques de Oliveira

– Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação e Culturas e Identidades pela UFRPE/FUNDAJ – Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Ericê Bezerra Correia, Adriana Maria Cavalcanti Montenegro y Jamila Marques de Oliveira (2020): “Quais os bloqueios e possibilidades para a emergência de um Sistema Regional/Local de Inovação - SLI em espaço periférico”, Revista de Investigación Latinoamericana en Competitividad Organizacional RILCO, n. 5 (febrero 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/rilco/05/sistema-regional.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/rilco05sistema-regional>

### **RESUMO**

Este artigo busca evidenciar que uma região pode na atualidade se caracterizar pela evidência de “fatores que norteiam e configuram ações para o desenvolvimento regional e local” (Bacelar, 2008). Tem como objetivo, caracterizar qual a lógica e a essência desses fatores na construção de um sistema de inovação local. A metodologia empregada aborda os aspectos dos elementos constitutivos para esse sistema, tais como as estruturas educacionais, de pesquisa, fomento, cooperação, associação, que irão promover o relacionamento e possibilitar uma maior interação e

fluxo da informação e do conhecimento entre esses atores da atualidade, que concentra as análises nesses elementos de "fixos e fluxos" (Santos, 1988), seja na escala global ou escala local e nesse sentido a interação e arrumação de como se originaram é condicionante para uma realidade de formação sistêmica. Requer também, o fator tempo, na cadeia do "espaço geográfico" (Santos, 1992), visando uma sistematização efetiva, com trocas de valores e conhecimentos adquiridos, proporcionando aprendizado e preparando o local para que as empresas oriundas desse espaço, fiquem e se estabeleçam como competitivas.

Palavras Chaves – Sistema de Inovação Regional/Local, Espaço Periférico, Bloqueios , Possibilidades, Inovação.

## ABSTRACT

This article seeks to highlight that the region may be characterized by the evidence of "factors that guide and configure actions for regional and local development" (Bacelar, 2008). Its purpose is to characterize the logic and the essence of these factors in the construction of a local innovation system. The methodology used addresses the aspects of the constituent elements for this system, such as the educational, research, promotion, cooperation, association structures that will promote the relationship and to enable greater interaction and flow of information and knowledge among these current actors, which concentrates the (Santos, 1988) or on the global scale or local scale and in this sense the interaction and arrangement of how they originated is a reality of systemic formation. It also requires the time factor in the chain of "geographic space" (Santos, 1992), aiming at an effective systematization, with exchanges of values and acquired knowledge, providing learning and preparing the place so that the companies coming from this space , stay and established as competitive.

Key Words - Regional / Local Innovation System, Peripheral Space, Blocks, Possibilities, Innovation.

## INTRODUÇÃO.

A questão central de análise sobre um território periférico em relação à inovação é requerer uma visão sistêmica, onde a criação e execução de políticas públicas<sup>1</sup> terão um papel vital. Mas o que vem a ser política pública? Vários autores tratam do tema e há várias definições: Laswell, 1936, estabeleceu o conceito de “policy analysis”, que busca focar a visão científico-acadêmica de produção empírica dos governantes; Simon, 1957, que criou e estabeleceu o conceito de “policy makers”, enfatiza as questões da racionalidade limitada dos que fazem as decisões públicas (de forma a minimizar a forma imperfeita de decidir). O estudo das políticas públicas tem duas grandes vertentes de análise. A primeira reside na lógica europeia e, a segunda, na lógica dos Estados Unidos da América. Na primeira, a ênfase é dada aos estudos efetivados sobre os desdobramentos dos trabalhos sobre o papel do Estado, onde o governo é o produtor dessas políticas públicas. Nos Estados Unidos, essa lógica é abordada de forma diferente: embora surja no mundo acadêmico, não gera nenhum traço de análise sobre as bases teóricas que enfatizam o papel do Estado. Pelo contrário, faz ênfase à ação efetiva dos governos. Então, entender como se deverá ser estabelecida a questão de uma política pública para um território periférico é, antes de tudo, conhecer como se deve aplicá-la. Compreender, por exemplo, as especificidades locais é um fator fundamental de análise para identificar quais aspectos interferem de forma direta e indireta nas questões que possam promover o desenvolvimento através da implantação de políticas públicas. Assim, não se deve “colocar” modelos num território periférico, mas desenvolver ações específicas, considerando todas as variáveis, os elementos estruturais de acordo com as condições existentes etc. A autora Celina Souza sintetiza alguns fatores principais para a construção de um modelo de políticas públicas, a partir das considerações de outros modelos:

- a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;

---

1

As políticas públicas representam o conjunto de ações planejadas, elaboradas e executadas com a participação dos diversos atores de um determinado território, conjugadas num processo de ação de governo e a sociedade (autor do projeto, 2015).

- a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através de governos, não necessariamente se restringindo a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- a política pública é uma ação intencional com objetivos a serem alcançados;
- a política pública tem impactos de curto prazo, mas é uma política de longo prazo (SOUZA, 2006).

Na esfera da escala local, detidamente num território periférico, as definições de políticas públicas para este fim, quando aplicadas, apresentam resultados ao longo do tempo, diante da necessidade de estabelecer novas condições e oportunidades, especificamente se essas políticas forem direcionadas para as questões da inovação. Caracterizam-se por uma ação envolvente de todos os atores formais e informais, concretizadas tanto nos aspectos de elementos tangíveis e intangíveis, criando uma nova capacidade sócio-política-econômica dos atores locais. Neste sentido, haverá várias formas de percepção dessas políticas públicas na localidade, gerando um processo de interação e cooperação, sendo elas indutoras na busca dos objetivos delimitados, bem como na proporção que permite identificar setores e áreas mais carentes de uma ação focada. As políticas públicas podem gerar impactos de curto, médio e longo prazos, no entanto seus efeitos são de longo prazo. A política pública enquanto método de ação na questão da inovação provoca no território periférico mudanças nas esferas de atuação dos atores locais, permitindo a geração de uma dinâmica de crescimento junto às questões de produção, conhecimento, aprendizado, cooperação e interação, e conduzindo a novas e singulares transformações plugadas às novas criações de produtos e serviços, que possam atender aos interesses de seus atores, melhorando a qualidade de vida. Esse processo se dará em escalas de momentos diferentes e em conformidade com o grau de envolvimento de cada ator, a partir do planejamento e dimensionamento das ações propostas como forma de incrementar a lógica inovativa do território periférico.

O território periférico não é e nem ficou nessa natureza apenas por “vontade própria”. Existem fatores endógenos e exógenos que o levaram a tal situação. Esses imbricados de fatores como falta de investimentos, capacidade de geração de novos conhecimentos, baixos processos produtivos efetivos em vários segmentos e setores, entre outros, consolidaram-se a partir da não decisão dos atores locais, regionais e nacionais (dependendo da relação entre eles) de estabelecer um planejamento real de sustentação e/ou soerguimento desse território periférico. À proporção que se tem um sistema de interação com recursos de investimentos em suas variadas formas, provoca-se um processo de possibilidades novas, onde os atores locais poderão utilizá-las e fazerem de fato surgir novas oportunidades. Então, a lógica de dizer que o território periférico é subdesenvolvido

por uma questão meramente de o ser (nasceu assim e assim ficará) não corrobora com políticas públicas que permitam condições reais para o seu desenvolvimento e crescimento. Na escala do desenvolvimento, como afirma David Harvey, 2004, os espaços desiguais se configuram diante da expansão do capitalismo, que busca escalas de espaços geográficos para se estabelecer, criando verdadeiros guetos urbanos nas grandes cidades, constituídos por periferias cada vez mais espremidas e marginalizadas, numa relação de poder do Estado consubstanciada de interesses com o livre mercado e vice-versa. Porém, pode haver a esperança de mudar essa lógica, mediante uma desconstrução com investimento social e econômico e decisões políticas públicas eficazes, a fim de que tenhamos a substituição de territórios periféricos por territórios desenvolvidos com ações de inovação locais.

Esse condicionar de novas formas de fazer permite pensar em entender quais são os reais limites e potencialidades do território periférico, considerando as múltiplas variáveis e formas de incorporar um novo processo sistêmico para a inovação através da criação de mecanismos efetivos de participação dos atores locais nas definições de um planejamento focado em objetivos delimitados e factíveis diante da própria realidade local. Não se trata de colocar apenas novas empresas, mas de inovar com as existentes; não se trata de trazer novos cérebros, mas de trabalhar o conhecimento com as pessoas locais; não se trata de investir apenas recursos financeiros, mas de aportar novos recursos sociais, materiais e econômicos, incorporando a ideia de melhoria para todos.

A inovação, em uma primeira e última análise, é para a melhorar da vida das pessoas e se dá como um processo social.<sup>2</sup> Deve ocorrer a partir de uma lógica social, que permita de fato às pessoas o benefício de sua inclusão, e até o usufruto dos novos bens e serviços que esta (inovação) venha a proporcionar. A inovação não deve ser vista como mero instrumento de questões econômicas das empresas. Neste sentido, o território periférico precisa ter nas suas condicionantes

---

2

Processos sociais são formas de estabelecer as relações sociais ao longo do tempo, as maneiras pelas quais as pessoas se relacionam entre si. Além disso, considera-se processo social o conjunto de mudanças provocadas pelas interações sociais. Os processos sociais estão presentes em toda a sociedade, por exemplo: quando um grupo de pessoas se reúne para organizar uma festa; quando uma pessoa assimila, ainda que inconscientemente, o jeito de ser ou aspectos culturais de outra; quando um país declara guerra a outro etc. Considerando que, de uma forma geral, as pessoas tendem a se associar ou se dissociar, segundo suas crenças, valores e ideologias, pode-se afirmar que os tipos de processos sociais estabelecidos entre as pessoas dependem da atitude de cada um. Assim, os processos sociais se distinguem em “associativos” quando os indivíduos estabelecem relações de aproximação e de consenso; e dissociativos quando as relações estabelecidas são de oposição e divergência. PAIVA, 2014. Processos sociais. Disponível em Acesso em 6/5/2015.

locais as questões sociais em primeiro plano, a fim de que permita a inserção de novos atores externos e de atores locais no desenvolvimento de um sistema de inovação que traga ganho a todos. Embora ocorram questões desiguais de todas as ordens neste território periférico, é necessário entender que sem a inclusão dos elementos sociais afeitos a este, dificilmente se consolidará um projeto de inovação. Embora existam questões financeiras permeando os esforços e as concentrações na busca de novas tecnologias, vai ser preciso, antes de tudo, entender de pessoas e o que elas querem e almejam para o seu território. Este é um sentido interessante de analisar as questões sociais do território no campo da inovação.

O autor Harvey, 2004, acentua que o poder do capital, o capitalismo, requer cada vez mais espaço geográfico para implantar e construir novos alicerces de consumo e a associação de governos, onde através da esfera de poder se poderá ter acesso a uma maior densidade de atuação e domínio, gerando uma realidade de consumo no território abordado; porém, a seu turno, a grande massa da população socialmente fora desse contexto se notabiliza em territórios menores, periféricos, deslocados do consumo e com vida sobre-humana, formando verdadeiras áreas descoladas do contexto geral, onde a pobreza, a miséria e a ausência de critérios mínimos de sobrevivência são vitais (alimentação, moradia, educação e saúde). Neste sentido, vê-se que, ao estabelecer, por exemplo, nas grandes capitais do mundo, territórios que atendem uma pequena parcela da população, na verdade não se consegue notabilizar um trabalho de inovação, uma vez que ele se torna inócuo diante de uma grande parcela dessa população que não irá se beneficiar desses processos. A inovação como processo irá precisar se expandir e possibilitar a maior totalidade de uma população em um território, ao menos no que tange à oportunidade de acesso aos novos produtos, processos e serviços que sejam criados, buscando beneficiar a todos. Quando a inovação não se condiciona dessa forma, elitiza e forma blocos isolados de acesso, gerando ainda mais territórios periféricos. A geração de oportunidades torna-se vital, socialmente, para a cultura da inovação em um território. Para se estabelecer essa visão, são necessários investimentos em conhecimento, aprendizado, cooperação e interação com o maior número de pessoas possível tendo acesso e participando das construções da inovação em um território. Esse efeito de ação focada para a geração de um maior número de pessoas nos processos de inovação criará novas formas de oportunidade e, assim, um caminho inclusivo - e não exclusivo. Pode-se analisar o caso de Cuba,<sup>3</sup>

que embora com um bloqueio (mundial) em quase 60 anos, se tornou periférico em termos da visão de inovação no mundo, no entanto, em conformidade com as condições locais existentes, conseguiu manter mais 11 milhões de pessoas se recriando, buscando novos direcionamentos, se reinventando, buscando novas oportunidades. Deve-se entender que, em algumas áreas, Cuba se tornou referência mundial na medicina, especificamente na área de tratamento de doenças da pele, e também na ação preventiva de doenças (apresenta um dos menores índices de mortalidade e um dos maiores em longevidade); nos esportes, particularmente, coletivos com resultados de grande destaque nas competições mundiais; na educação, onde tem zero por cento de analfabetismo e uma formação superior de primeiro mundo da sua população. Então, neste sentido, a inovação em Cuba se deu a partir da lógica endógena dos atores locais - e não exógena. Ressalte-se que não se deu com altos investimentos do capital mundial (em bloqueio), mas com a busca dos atores sociais locais, onde a cooperação, a interação e a busca pelo conhecimento e aprendizado foram vitais. Denota-se, no exemplo de Cuba, que o papel dos territórios, no desenvolvimento da inovação, vai se consolidar com as ações sociais das pessoas dentro de um processo contínuo de busca de oportunidades que irão se adequando e descobrindo alternativas. Inovar não é só gerar dinheiro, inovar é gerar bem-estar social, primeiramente.

## **ESPAÇO E TERRITÓRIO PERIFÉRICO DE INOVAÇÃO, DE PRODUÇÃO OU DE INOVAÇÃO?**

O autor Milton Santos, no seu livro “Pensando o espaço do homem”, afirma: “O espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por este mesmo processo produtivo, os separa” (SANTOS, 1982:33). Observa-se que a construção dos espaços, singularmente o produtivo, provoca efeitos de separação e interação entre os homens, como afirma o autor, uma vez que o desempenho, por exemplo, em um processo de inovação, pode excluir atores fundamentais de um território, representado por pessoas que não detenham a capacidade de conhecimento e aprendizado necessária a esta inclusão, o que evidenciará bolsões de pessoas excluídas. Assim, é preciso que antes do estabelecimento das questões da inovação se criem mecanismos de interação e cooperação, permitindo que os aspectos do conhecimento e do aprendizado sejam ensinados, possibilitando por outro lado que o saber tácito existente no território seja incorporado a essa dinâmica da inovação. É preciso criar um pacto social para a inovação em um território periférico. Esse pacto será condicionado por questões de entender, num primeiro momento, as especificidades locais; levantar as deficiências e potencialidades; compreender as singularidades locais de produção; ter informações sobre o conhecimento (teórico e tácito), bem como sobre a capacidade de aprendizado;

formar grupos de trabalho com foco nas intensidades das reais potencialidades de desenvolvimento dos projetos; identificar as necessidades de recursos existentes (materiais, financeiros etc); e finalmente fazer a inclusão de pessoas, empresas, organizações da sociedade civil, cooperativas, associações e governo, para que juntos delimitem como deverá ser a implantação da inovação e até a construção de um sistema de inovação. Esta forma de entender os processos de inovação, numa lógica social, permite que o território periférico crie melhores condições de êxito efetivo na sua lógica produtiva. Foi e é assim em Cuba. Com isso, os atores sociais do território ganham e a vida agradece.

Há um questionamento atual: “O que a inovação permite fazer”? “É resposta econômica e social para todos os problemas”? Deliberadamente não o é. O fato de gerar riqueza e/ou possibilidade de tal não significa ser e ter o resultado ideal, uma vez que no modelo adotado há apenas ganhos financeiros e acúmulo de capital. Assim, ocorre que apenas uma pequena parcela da população terá acesso, gerando a concentração de renda. Então, é preciso entender o papel da inovação como um elemento social de transformação, na geração de oportunidades e na busca de novos espaços econômicos e sociais inclusivos. Isto vai requerer dos atores sociais uma relação maior de interação e cooperação, sendo finitamente vista no campo econômico, porém infinitamente no campo social. Talvez resida desta forma o desafio de entender a inovação como um processo social de transformação da vida das pessoas para melhor - e não como um processo excludente. Deve haver crescimento econômico, mas com riqueza de ganhos sociais efetivos num determinado território, que passa por um processo de desconcentração da renda, principalmente se este for considerado periférico no contexto regional ou nacional. O autor indiano Amartya Sen (ganhador do Nobel de Economia em 1998), no seu trabalho e nas suas contribuições para a teoria da decisão social e de “welfare state”, caracteriza a relação econômica com a relação da liberdade, demonstrando que o desenvolvimento de um país se consolida entre essas relações e as oportunidades dadas à sua população com liberdade de escolha, que ficaram especificadas no seu livro “Desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2000). Neste sentido, a busca de oportunidade deve ser gerada e a capacidade de decidir e entender o melhor caminho deve ser efetivada pelos atores locais, diante daquilo que evidenciam ser melhor para o seu território. O crescimento econômico não deve ser o fim, mas o meio de serem produzidas as condições ideais para o desenvolvimento social. Este sim, é o fim para o qual as questões da inovação devem se efetivar. O trabalho nas questões da inovação e na produção local é vertente de uma busca de oportunidades, onde os atores sociais do território periférico (por exemplo) poderão interagir e cooperar, efetivando escolhas e permitindo novos investimentos que sistematizarão um leque de setores e áreas, previamente estabelecidos, para se tirar proveito e auferir as melhores condições de uso dessas capacidades. A lógica social do território também prescinde de investimentos. Não há como descolar o

investimento em inovação sem pesquisa, que necessariamente irá ser indispensável para as novas etapas no território periférico. Esse investimento, no entanto, se dará mediante a análise e a escolha dos atores sociais, no sentido de identificar o que de fato pode e deve ser realizado como processo de inovação. Não é apenas ter o recurso financeiro e lá se aplicar, como ocorre hoje com a maioria das empresas que buscam condições de renúncia fiscal e econômica para os seus anseios, como retorno aos investimentos realizados, na maioria das vezes, financiados pelo próprio governo. É preciso que essa organização/empresa participe com os demais atores sociais de uma discussão e se inteire dos reais problemas e oportunidades locais, visando à aprovação de todos em caso de êxito no seu intento inovativo. Este é um percurso que permitirá às empresas, no âmbito do território periférico, auferirem a confiança, interação e cooperação dos atores locais, possibilitando uma nova forma de atender aos seus interesses, mas principalmente aos anseios sociais da localidade.

Atualmente novas formas de organização se apresentam na sociedade e trazem modelos de inovação consideravelmente inteligentes e participativos, o que permite um melhor desempenho na busca das soluções locais. Surge a visão da inovação social, num contexto de permitir que, por exemplo, as relações de trabalho se ampliem e se alarguem na perspectiva de criar novos e singulares meios de estímulo à economia local e, em particular, aos territórios periféricos. De acordo com a intensidade da interação e da cooperação estabelecida, podem existir processos de inovação gerando novos produtos, serviços, empregos e renda, dando-se uma singular importância aos atores locais. Essa nova “economia” colaborativa tem sido motivo de debates acadêmicos e empresariais, como forma de gerar um singular processo que talvez aponte para saídas mais específicas na realidade do território periférico. Então, à proporção que se avança com esses novos modelos de organização, especificados pelas cooperativas e associações, por exemplo, é possível flexionar questões de falta de emprego, baixa renda, a ideia de todo mundo ser dono de uma empresa e, principalmente, a liberdade de escolha do que se quer para a escala local.

É preciso criar leis socialmente voltadas para permitir ao território periférico condições de aplicar e desenvolver um processo de inovação exitoso. Necessariamente isto passa pelo crivo de se ter uma visão de médio e longo prazos. Talvez aí resida a dificuldade das empresas de entender o processo de inovação nos territórios periféricos, uma vez que elas normalmente querem resultados de curto prazo, ao passo que a inovação precisa de tempo para preparação, maturação, implantação e surgimento de resultados nos territórios. Isto leva tempo. Quando se olha a questão social de um território periférico, evidencia-se o conjunto das questões de conhecimento, aprendizado, adequação, pertinência e aceitação para um processo de inovação. Não se trata de chegar subitamente e implantá-lo, mesmo que haja recursos pertinentes. É preciso mais do que é isso. Sente-se necessidade das escalas do tempo e da forma de consolidá-las. O tempo como instrumento de entender, compreender e aprender a fazer; a forma, na maneira como irá fazê-la ocorrer no

território periférico. Daí a necessidade de analisar detidamente os pormenores de um processo de inovação num território periférico, onde deve ser considerado e respeitado todo o arcabouço das circunstâncias sociais efetivas. Ao entender e compreender este sentido, as empresas criarão as condições ideais e possíveis para que consubstancialmente os outros atores participem e colaborem na produção de processos de inovação, efetivando na realidade das exigências e dos critérios locais a possibilidade de mudança de rumo para um território periférico.

Efetivamente ocorrerão dificuldades nas esferas sociais dos atores especificados no território periférico, oriundas das diferentes escalas de estágio pelo qual estes se encontrem em relação à sua capacidade de atuação num processo de inovação, todavia através de processos de colaboração e interação poderão surgir novas formas de permitir uma maior inserção e a possibilidade de suplantar essas dificuldades, caracterizadas a partir das deficiências de conhecimento e aprendizado, baixo nível de escolaridade, pouco ou nenhum acesso a novas tecnologias. Neste sentido, é preciso agir na escala do investimento contínuo e planejado, buscando no ensino e na informação saídas para efetivar as devidas mudanças, o que fará com que o território periférico se estabeleça em outra condição, adequada ao uso de novas formas no processo de inovar. Daí ser necessário encontrar alternativas que permitam a interação e a cooperação, possibilitando entender e aplicar novas formas de compreender o cenário de um território periférico numa dimensão mais ampla e social.

## **TERRITÓRIO PERIFÉRICO SOCIAL.**

Nesse sentido, a lógica desenvolvimentista do ponto de vista para se inovar num território periférico requer que a dimensão social seja analisada no aspecto de multicritérios, considerando não apenas um projeto (implantação de uma fábrica, por exemplo), mas critérios estruturais. A análise de várias vias de possibilidades torna o processo de inovar mais amplo e em maior sintonia com a realidade, possibilitando buscas e setores específicos que merecerão maior prioridade. Assim, o investimento social possibilita encontrar, de maneira mais singular, as verdadeiras tendências e perspectivas, sendo atrelado à questão temporal de médio e de longo prazo, o que permite uma associação direta com os aspectos sociais caracterizados no território periférico. Quando um território periférico se condiciona apenas a ter soluções descoladas da sua realidade social, sem considerar a identidade, o conhecimento tácito, a falta de investimentos no conhecimento e no aprendizado, evidencia-se que o incremento de um processo de inovação apresentará diversas barreiras. O pensar em um planejamento estratégico que incorpore a lógica da inovação passa por uma construção, onde a sociedade civil organizada (associação, cooperativa etc) pode exercer um forte papel de interligação e aprofundamento na análise das linhas específicas de interesse de um território, proporcionando caminhos mais sustentáveis e seguros. Não se trata de pensar em um

projeto único, mas de ter uma visão alargada da representação estrutural do papel de todos os atores num processo de inovação que tem características de vertentes amplas na lógica do tempo e do espaço. Isto é, o pensar social da inovação no território periférico. Desta forma, a conotação de uma compreensão da escala do espaço e do tempo na questão da inovação para o território periférico deve ser condicionada à lógica de quantas e quais ações deliberadamente serão suportáveis na localidade. Geralmente o exercício de pensar socialmente o território é esquecido. Outro aspecto é entender a dinâmica de uma região na relação com o seu desenvolvimento local. A região apresenta e/ou desenvolve tendências de aspectos econômicos, sociais e culturais, criando uma interação sócio produtiva em seus espaços, que definem o que se tem e se caracteriza com tendência local. A implantação de um modelo inovativo para uma região deve ocorrer a partir desses atores existentes e só posteriormente irão se inserir outros tipos de atividades pensadas para essa região.

O território periférico, dessa forma, condiciona-se a uma perspectiva de inovação nos critérios sociais, denotados por categorias de análise identificadas que geram informações específicas incidentes na lógica do espaço, produzindo efeitos singulares em cada uma dessas localidades, no que tange aos aspectos de inovação caracterizados nas principais referências, especificadas a seguir.

Quadro 1 - Caracterização das variáveis/categorias de análise de inovação na lógica dos territórios periféricos.

VARIÁVEIS CATEGORIAS ANÁLISE	BLOQUEIOS	POSSIBILIDADES
Social e territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não existência de cooperação e integração</li> <li>- Fraco levantamento de especificidades locais</li> <li>- Baixa capacitação de pessoas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de grupos de cooperativas e associações</li> <li>- Pesquisa social produtiva local</li> <li>- Capacitação de grupos</li> </ul>
Econômico-financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixo investimento</li> <li>- Pouca empresa local apta com recursos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecimento de um plano de investimento.</li> <li>- Investimento nas empresas existentes e captação de novas empresas</li> </ul>
Político-institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de visão estratégica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de um planejamento estratégico</li> </ul>

	- Carência de decisão para o segmento	- Criação de leis específicas de inovação
Tecnologia	- Pouco conhecimento/aprendizado e uso de pesquisas - Baixa oportunidade de informação	- Projetos de educação para incentivo ao saber e busca de oportunidades - Geração de possibilidades em maior grau e intensidade com a criação de um SI
Ambiental	- Deficiências no uso de outras formas de energia - Pouco conhecimento de problemas ambientais	- Busca de outras formas de energia com investimento em P&D - Sistematização de um planejamento ambiental
Comunicação	- Pouca articulação entre atores locais - Pouca interação com outros grupos externos	- Incentivo à participação em grupos de trabalho - Busca de parcerias

Fonte: autor do projeto, 2015.

Essa caracterização a partir de variáveis de critérios para a inovação deve atender aos anseios sociais locais, na estruturação de um território periférico, considerando as especificidades e o estágio em que este se encontra. Dessa forma, passa pelo viés da capacitação das pessoas e das organizações, assim como pelo aspecto do desenvolvimento de um processo de integração e cooperação entre estes, como forma de permitir maior e melhor inserção das habilidades existentes e do conhecimento e aprendizado a serem incorporados. Na variável econômico-financeira, devem ser definidos os parâmetros das principais áreas e setores de atuação, bem como identificadas as possíveis empresas que podem participar. Deve ser criado, a seguir, um plano econômico-financeiro que invista na empresa local e também possibilite a integração de outras empresas. Na política institucional, se configura fundamental a elaboração de um planejamento estratégico, enfocando as principais vertentes com as delimitações de ações de curto, médio e longo prazos através de iniciativas como a Lei de Inovação (municipal, estadual ou nacional), que permite um enquadramento singular numa política de inovação afeita a todos os atores locais. Na vertente tecnológica, o principal foco deve-se à educação, quanto ao desenvolvimento e à capacitação em programas e projetos para este fim. Esses programas e projetos deverão estar articulados com as

necessidades e especificidades locais, definidas por áreas e setores de atuação em sintonia com os atores locais, na busca do processo de inovação. Neste sentido, pressupõe-se a criação de um sistema de informação que congregue os principais pontos estratégicos de cada área e setor. Esse sistema de informação, construído mediante uma plataforma, permitirá uma atuação mais efetiva dos atores locais, gerando informações locais e externas, fontes de pesquisa, conhecimentos específicos, que fundamente novas oportunidades. O território periférico sofre impacto singular quando recebe um processo de inovação, a partir da ação de seus atores. Neste sentido, a análise da vertente ambiental deve consonância com as questões do uso e da aplicação de novas formas de energia. Então, o aproveitamento de várias formas de energia, a serem aplicadas ou desenvolvidas a partir da lógica da inovação, pode ser uma grande oportunidade racional de uso energético. Por sua vez, a elaboração do plano de gestão ambiental para cada organização participante do processo de inovação se configurará numa ferramenta fundamental nos critérios de análise para uma melhor sustentabilidade. Finalmente a vertente da comunicação, que possibilita uma maior integração entre os atores do processo de inovação, gerando interfaces com troca de conhecimento e aprendizado, vai permitir um impulso criativo em novos processos, produtos e serviços, e ajudará no novo conceito para que se consolidem os grupos de trabalho.

## **CONCLUSÃO.**

Dessa forma, o território periférico na lógica da inovação congrega os atores locais e externos, consoante os objetivos reais da sociedade civil especificada, proporcionando uma forma inclusiva e permitindo que se tenha uma dinâmica para sedimentar a cultura da inovação de forma sistêmica e não desarticulada das questões sociais. O território periférico precisa da inovação, mas esta precisa ser nos moldes que atendam às pessoas e gerem uma maneira sustentável de vida.

As categorias de análise:

Social e territorial
Econômico-financeira
Político-institucional
Tecnologia
Ambiental
Comunicação

Representam os critérios para o desenvolvimento local, a partir de uma constante e necessária inserção na lógica social, que vai possibilitar formas de análises de efeitos subjetivos e tácitos se efetivarem com mais ênfase na realidade do território. Entender e compreender o estabelecimento e vinculação destes fatores, requer uma olhar amplo, mas com objetividade, foco e esforço de adequação aos critérios e índices necessários ao desenvolvimento.

## **BIBLIOGRAFIA.**

BACELAR, Tânia. **Programa Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**: uma proposta de discussão, 2004.

\_\_\_\_\_. Aula no Programa de Mestrado/Doutorado de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

CORREIA, Ericê B. **Inovação Social e Periferia**. Editora da Universidade Federal de Pernambuco. UFPE. Recife – PE, 2017.

HARVEY, D. **Space of Hope**. Edinburgh University Press, Edinburgh, 2004.

LASWEL, H.D. **Politics**: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. Ed. Terra Livre, 1982.

\_\_\_\_\_. **A revolução tecnológica e o território**: realidades e perspectivas. Terra Livre, 1992.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico- informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.258p e Editora Nobel, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: São Paulo, 5ª ed, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOUZA, Celina. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, , p. 20-45, jul/dez, 2006.

STORPER, M. **The regional world**: territorial development in a global economy. Nova Iorque: The Guilford Press, 1997.

\_\_\_\_\_. **Territories, Flows, and Hierarchies in the Global Economy.** In: Barner, Trevor J.; Peck, Jamie; Sheppard, Eric; Tickell, Adam (Ed.). *Reading Economic Geography*. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2004. p. 271-289.

STORPER, M, SCOTT.A. **Regions, Globalization, Development.** Co-authored with Allen Scot, *Regional Studies*, 2003.

\_\_\_\_\_. **The geographical foundations and social regulation of flexible production complexes.** In: *Territory and Social Reproduction*, ed. Jennifer Wolch and Michael Dear. Boston: Allen and Unwin, 1988.

STORPER, M.; HARRISON, B. **Flexibility, hierarchy and regional developments:** the changing structure of industrial production systems and their forms of governance in the 1990s. *Research Policy*, North-Holland, v. 20, n. 5, 1991.

TERRITORIAL DEVELOPMENT IN A GLOBAL ECONOMY, 1997.

UNCITI, Manuel. **Terceiro Mundo** – Escândalo e denúncia da injustiça social. (trad. Rodrigo Contrera). São Paulo: Paulinas, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, UFRPE, 2014.

WIKIPÉDIA. **Definição sobre Febre Aftosa**, 2015.